



CONCURSO PÚBLICO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

CARGO

**F**ISCAL TRIBUTÁRIO – NÍVEL II

**1º.9.2019**

Esta prova consta de 30 (trinta) questões, assim distribuídas:

- Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo..... 25 questões
- Legislação ..... 5 questões

**ATENÇÃO**

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. **O cartão contém duas partes:**
  1. **Uma é para assinalar as respostas**, devidamente desidentificada.
  2. **A outra com a identificação do candidato. Nesta parte**, confira seus dados (nº de inscrição, nome e cargo) e **assine no local indicado**.
3. As duas partes não podem ser destacadas uma da outra, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala.
4. Assinale apenas UMA resposta para cada questão objetiva.
5. Ao passar para o cartão-resposta, negrite a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta. É vedada qualquer marca que não seja na quadrícula correspondente à resposta do candidato. Caso isso ocorra, o candidato estará automaticamente desclassificado.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
7. Questão rasurada será anulada.
8. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

**BOA PROVA!**

**Nº DE INSCRIÇÃO**

**NOME**



## **C**onhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo

1. De acordo com o artigo 113 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, a obrigação tributária pode ser principal ou acessória. No que se refere à obrigação acessória, podem ser feitas as seguintes afirmações:
  - I. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
  - II. A obrigação acessória decorre da legislação tributária.
  - III. A obrigação acessória tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

Estão corretas as afirmações:

  - A.  I e II apenas.
  - B.  I e III apenas.
  - C.  II e III apenas.
  - D.  I, II e III.
2. O artigo 124, do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, define como “pessoas que tenham interesse comum na situação, que constitua fato gerador da obrigação principal”, o item da alternativa:
  - A.  Sujeitos Passivos.
  - B.  Responsáveis tributários.
  - C.  Solidários.
  - D.  Sujeitos Ativos
3. Segundo o artigo 201, do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, é resultante de crédito tributário, “regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular”:
  - A.  Restos a pagar.
  - B.  Dívida ativa.
  - C.  Obrigação a pagar de longo prazo.
  - D.  Confissão de dívida
4. O inciso III, do artigo 63 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, determina que: “É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por elaborar os seguintes anexos que são parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias”, os quais correspondem corretamente aos itens da alternativa:
  - A.  Resultado Operacional e de Riscos Fiscais.
  - B.  Metas Fiscais e de Desempenho dos Servidores Públicos.
  - C.  Desempenho dos Servidores Públicos e de Riscos Fiscais.
  - D.  Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.
5. Sobre a capacidade tributária passiva, definida no artigo 126 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, analise as afirmativas abaixo e, após, marque a alternativa correta.
  - I. Independe da capacidade civil das pessoas naturais.
  - II. Independe de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.
  - III. Independe de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
  - A.  As afirmativas I e II estão corretas.
  - B.  As afirmativas I e III estão corretas.
  - C.  As afirmativas II e III estão corretas.
  - D.  As afirmativas I, II e III estão corretas.



6. Segundo a “Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público”, de 23 de setembro de 2016, o “objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão”. Assim, tem-se como bases para a mensuração de Passivos, exceto:
- A.( ) Custo histórico.
  - B.( ) Custo de cumprimento da obrigação.
  - C.( ) Valor de mercado.
  - D.( ) Valor em uso.
7. O crédito tributário poderá ter sua exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, exceto quando houver:
- A.( ) Moratória.
  - B.( ) Concessão de medida liminar em mandado de segurança.
  - C.( ) Pagamento.
  - D.( ) Parcelamento.
8. No que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, e das entidades da administração direta e indireta, conforme estabelecido no artigo 77, da Lei Orgânica do Município de Santo Ângelo/RS, analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa correta.
- A.( ) A fiscalização será exercida pelo Poder Executivo, mediante controle externo.
  - B.( ) A fiscalização será exercida pelo Poder Executivo, mediante controle interno e externo.
  - C.( ) A fiscalização será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle interno e externo.
  - D.( ) A fiscalização será exercida pela Câmara Municipal mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.
9. Marque a alternativa INCORRETA, que contraria o artigo 153 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, que estabelece: compete à União instituir impostos sobre:
- A.( ) Produtos Industrializados.
  - B.( ) Propriedade territorial rural.
  - C.( ) Propriedade de veículos automotores.
  - D.( ) Importação de produtos estrangeiros.
10. No que tange a Fiscalização da Gestão Fiscal, na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, em seu artigo 59, define que: “O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar”. Estão corretas as alternativas que exprimem ênfase à fiscalização, exceto:
- A.( ) Limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
  - B.( ) Atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
  - C.( ) Medidas adotadas para que a despesa total com pessoal exceda o limite prudencial.
  - D.( ) Cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.
11. Conforme o artigo 3º, do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”, denomina-se:
- A.( ) Base de Cálculo.
  - B.( ) Empréstimo Compulsório.
  - C.( ) Multa.
  - D.( ) Tributo.



12. Tratando-se do ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação), em concordância com o artigo 155 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, a “fixação de alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação”, é realizada por:
- A.( ) Decreto Legislativo.
  - B.( ) Decreto.
  - C.( ) Resolução do Senado Federal.
  - D.( ) Lei Ordinária.
13. Constituem direitos do servidor público, segundo a Lei Orgânica do Município de Santo Ângelo/RS, exceto:
- A.( ) Estabilidade após três anos de efetivo exercício após a nomeação de cargo em decorrência de concurso público.
  - B.( ) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que a remuneração normal e o seu pagamento antecipado.
  - C.( ) Recebimento de auxílio-transporte ao servidor municipal, correspondente ao seu deslocamento para o trabalho, nos termos da legislação federal vigente.
  - D.( ) Recebimento de gratificações.
14. O Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, artigo 77, determina que “o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição” constituem fatos geradores para o item da alternativa:
- A.( ) As taxas.
  - B.( ) Os impostos.
  - C.( ) As contribuições de melhoria.
  - D.( ) As tarifas.
15. Quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), consoante definições dadas pelo Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, artigos 32, 33 e 34, avalie as afirmativas a seguir e, após, marque a alternativa correta.
- I. O contribuinte do IPTU é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.
  - II. O IPTU é de competência Municipal.
  - III. A base do cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel.
  - IV. O IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil.
- A.( ) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
  - B.( ) Apenas a afirmativa III está correta.
  - C.( ) Apenas a afirmativa IV está correta.
  - D.( ) Estão corretas as afirmativas I, II, III e IV.
16. O planejamento tributário visa à diminuição do montante de dinheiro, decorrente dos tributos pagos ao fisco. Dessa forma, analise as proposições a seguir e marque a alternativa correta.
- A.( ) A elisão fiscal está voltada exclusivamente ao estudo e identificação de lacunas na legislação tributária.
  - B.( ) A elisão fiscal, como meio lícito, visa à análise e identificação de alternativas legais para a diminuição da carga tributária.
  - C.( ) A evasão fiscal e o planejamento tributário são procedimentos sinônimos.
  - D.( ) A evasão fiscal permite a redução do ônus tributário, de acordo com interpretações da legislação tributária.
17. “Ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração”. Essa definição exposta no artigo 176 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, corresponde à Isenção Tributária que consiste em:
- A.( ) Extinção do crédito tributário.
  - B.( ) Exclusão do crédito tributário.
  - C.( ) Remissão do crédito tributário.
  - D.( ) Suspensão do crédito tributário.



18. Sobre a Competência Tributária, artigos 6, 7 e 8, do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, avalie as afirmativas e marque a alternativa INCORRETA.
- A.( ) A competência tributária compreende a competência legislativa plena.
  - B.( ) Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
  - C.( ) A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
  - D.( ) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público, pertencerão à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.
19. O empréstimo compulsório é uma espécie de tributo previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, e no Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Sobre o empréstimo compulsório, analise as assertivas a seguir e marque a alternativa INCORRETA.
- A.( ) A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios, para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
  - B.( ) O parágrafo único do artigo 148º da Constituição Federal de 1988 define que a aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.
  - C.( ) Compete à União e ao Distrito Federal a instituição de empréstimo compulsório, de acordo com o artigo 15 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.
  - D.( ) A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observada a limitação ao poder de tributar, disposta no artigo 150º, III, "b", da Constituição Federal de 1988.
20. O Artigo 198 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, tendo em vista o sigilo fiscal, determina que, "sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades". Sobre a referida proibição, pode-se afirmar que está correta a alternativa:
- A.( ) É proibido, sem ressalvas, o intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública.
  - B.( ) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
  - C.( ) É vedada a divulgação de informações relativas a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.
  - D.( ) São permitidas as solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.
21. Com relação à definição dada no artigo 3 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, pode-se afirmar que os tributos são receitas:
- A.( ) Mobiliárias.
  - B.( ) Patrimoniais.
  - C.( ) Compulsórias.
  - D.( ) Decorrentes.



22. A Capacidade Tributária é definida, pelo Código Tributário do Município de Santo Ângelo/RS, em seu artigo 22 da Lei Complementar nº 01, de 27 de setembro de 2017, como “o exercício das funções de arrecadação e/ou fiscalização de tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, que poderá ser conferida por uma pessoa jurídica de direito público interno a outra”. De acordo com esse conceito, analise as assertivas abaixo:
- I. As atribuições da Capacidade Tributária compreendem as garantias e os privilégios processuais que competem ao Município.
  - II. A Capacidade Tributária Passiva, citada no artigo 41 do Código Tributário do Município de Santo Ângelo/RS, independe da capacidade civil das pessoas naturais.
  - III. As atribuições da Capacidade Tributária não podem ser revogadas.
- É correto afirmar que:
- A.( ) Somente a assertiva I está incorreta.
  - B.( ) Somente a assertiva II está incorreta.
  - C.( ) Somente a assertiva III está incorreta.
  - D.( ) Somente as assertivas I e II estão incorretas.
23. O ISS - Imposto sobre Serviços, conforme disposição legal no artigo 158 do Código Tributário do Município de Santo Ângelo/RS, “considera toda prestação de serviço, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador”. Com relação a esse imposto, é correto o que se afirma na alternativa:
- A.( ) O ISS não incide sobre serviços advindos do Exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no Exterior do País.
  - B.( ) Os serviços previstos na Lista de Serviços, disposta na Lei Complementar Federal nº116, de 31 de julho de 2003, não estão sujeitos ao ISS, tendo-se em vista o fornecimento de mercadorias, juntamente com a prestação de serviços, ressalvadas as exceções expressas na referida lista.
  - C.( ) A incidência do ISS depende do caráter permanente ou eventual da prestação.
  - D.( ) O ISS não incide sobre as exportações de serviços para o Exterior do País.
24. A Legislação Tributária de uma entidade pública é composta por um conjunto de “leis, tratados, convenções internacionais, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes”, segundo o artigo 96 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. São normas complementares à legislação tributária, conforme artigo 100 do Código Tributário Nacional, EXCETO:
- A.( ) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.
  - B.( ) Os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
  - C.( ) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
  - D.( ) Os pareceres e relatórios elaborados no curso do processo administrativo tributário.
25. O Código Tributário do Município de Santo Ângelo/RS estabelece o prazo para inscrição no Cadastro Imobiliário do Município (artigo 185), ficando o infrator, em caso de descumprimento do prazo legal, sujeito à multa de cem (100) UFM (Unidade Financeira Municipal). Esse prazo é contado a partir da data de expedição do documento hábil, e corresponde corretamente à alternativa:
- A.( ) Quinze (15) dias.
  - B.( ) Vinte (20) dias.
  - C.( ) Trinta (30) dias.
  - D.( ) Quarenta e cinco (45) dias.



## Legislação

26. Sobre impostos municipais, analise as seguintes afirmativas, colocando V para as verdadeiras e F para as consideradas falsas:
- ( ) O imposto sobre propriedade predial e territorial urbana poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
  - ( ) O imposto sobre propriedade predial e territorial urbana não poderá ter alíquotas diferentes com base na localização e uso do imóvel.
  - ( ) É vedado ao município exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça.
  - ( ) É permitido ao município instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
- Está correta a sequência de V e F da alternativa:
- A. ( ) F, F, F, V.
  - B. ( ) V, V, F, F.
  - C. ( ) V, F, V, F.
  - D. ( ) F, V, V, F.
27. Sobre a administração pública do município de Santo Ângelo, considere as seguintes afirmações, colocando V para as verdadeiras e F para as consideradas falsas:
- ( ) No que tange à administração, o município de Santo Ângelo é regido pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e participação popular nas decisões.
  - ( ) Para os cidadãos munícipes obterem informações sobre assuntos referentes à administração pública municipal, faz-se necessária a anuência prévia do chefe do poder executivo.
  - ( ) Todas as medidas do poder público municipal de grande repercussão na comunidade devem ser discutidas com as entidades representativas do município.
  - ( ) A administração pública direta ou indireta não está proibida de contratar empresas que façam uso do trabalho infantil ou outras práticas ilegais na administração da mão de obra.
- Está correta a sequência V e F da alternativa:
- A. ( ) V, V, F, F.
  - B. ( ) F, V, F, F.
  - C. ( ) F, F, V, F.
  - D. ( ) V, F, V, F.
28. A Lei Orgânica (artigos 84 e 85), ao tratar das atribuições do Prefeito, distingue entre a competência privativa e a simples competência. São competências privativas do Prefeito as seguintes, exceto a da alternativa:
- A. ( ) Elaborar e apresentar à Câmara projeto de emenda à Lei Orgânica do Município.
  - B. ( ) Representar o Município em juízo ou fora dele.
  - C. ( ) Nomear e exonerar os secretários municipais.
  - D. ( ) Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
29. Remoção é o deslocamento do servidor de uma para outra repartição. Sobre o tema, com base no artigo 42 e seguintes do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Santo Ângelo, leia e considere as seguintes colocações, marcando com F as falsas e com V as consideradas verdadeiras:
- ( ) A remoção ocorrerá a pedido, atendida a conveniência do servidor ou de ofício, no interesse da administração, devidamente justificada.
  - ( ) Não cabe ao servidor removido o pedido de revisão do ato, mesmo diante de grave prejuízo ao mesmo.
  - ( ) A remoção será feita por ato da autoridade competente.
  - ( ) A remoção por permuta será precedida de requerimento firmado por ambos os interessados.
- Está correta a sequência de V e F da alternativa:
- A. ( ) V, F, V, V.
  - B. ( ) F, F, V, V.
  - C. ( ) V, V, F, V.
  - D. ( ) F, V, F, F.
30. A investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, chama-se corretamente de acordo com a alternativa:
- A. ( ) Posse.
  - B. ( ) Nomeação.
  - C. ( ) Reintegração.
  - D. ( ) Readaptação.